



MULHER E EDUCAÇÃO NO PARÁ DO SÉCULO XIX

Clarice Nascimento de Melo
claricenm@uol.com.br
(UFPA)

Resumo

Apresento uma síntese dos resultados da pesquisa intitulada “Mulher e educação no Pará do século XIX”, desenvolvida nos anos de 2011 e 2012. Nela está contida a intenção de escrever a história da educação por meio da inserção das mulheres em sua feitura. A pesquisa realizada objetivou apresentar, por meio dos textos produzidos, os vínculos entre as práticas de educação das mulheres, as representações de mulheres e seus lugares na educação, e as particularidades da sociedade paraense. Para tanto, destacou-se como objeto de estudo as práticas de educação das mulheres nas duas últimas décadas do período imperial, marcadas nos documentos de governo, em anúncios de escolas apresentados em jornais locais e em periódicos diversos. Desta feita, a pesquisa documental se construiu no artifício fundante do percurso metodológico, no sentido apresentado por Le Goff (1992), como documento/monumento que traz consigo uma verdade parcial, situada na fala de quem o produziu e de quem o tornou um monumento, ou seja, de quem intencionalmente o marcou para constituir-se como uma marca da perpetuação de uma fala, de um sentido, de um poder. O processo de análise documental é indicado mediante a aproximação com o método indiciário, com a perspectiva de que a produção do conhecimento histórico é indireto e conjectural (GINZBURG:1989). Os resultados apontam que professoras primárias deixaram sinais de que vivenciaram a escola de ambos os sexos, construindo-a marcada por diferenças sexuais que, ao mesmo tempo em que mantiveram a iniquidade entre eles, inseriram pedaços de tempos novos na organização escolar. Fizeram isso com equilíbrio de tensões entre a ruptura dos padrões comuns à separação escolar por sexos e os aceites às prescrições legais e aos princípios morais da época. Indicam, ainda, o expressivo aumento da presença das mulheres nas escolas paraenses no final do século XIX. Depreendeu-se que o acesso das meninas à escolarização ocorreu principalmente como ação do poder público, o que pode ser explicado pelo cenário nacional e local favorável à saída das mulheres ao espaço público, pelas suas ações como produtoras de conhecimento, como leitoras ou escritoras, e pelas idéias favoráveis à educação feminina, amplamente divulgadas na imprensa, assim como pela concentração de renda, poder e influência política nos centros economicamente produtivos, como ocorreu na província paraense. E mais, que o debate sobre o papel da mulher na sociedade paraense e seu lugar na educação, posto no periódico “Revista Familiar” está configurado no cenário nacional e local favorável à saída das mulheres ao espaço público, e pelas idéias favoráveis à educação feminina, amplamente divulgadas na imprensa. Encontro nele um sinal da sociedade paraense e suas figuras de mulher. Recolher ao âmbito do universo doméstico ou redimir a mulher por meio da escolarização são dois pólos que encontrados nas falas postas nos documentos, em consonância com a sociedade paraense em fins do século XIX.

Palavras-chave: Escolarização. Docência. Representações de mulheres.

Introdução

Trago a público uma síntese dos resultados da pesquisa intitulada “Mulher e educação no Pará do século XIX”, desenvolvida nos anos de 2011 e 2012, da qual resultou a produção de textos em forma de artigo, resumo expandido, capítulo de livro e uma apresentação de documentos interessantes a pesquisa. Em todos eles está contida a intenção de escrever a história da educação por meio da inserção das mulheres em sua feitura. Essa tarefa está posta diante do problema que





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

vejo atravessado na produção do conhecimento histórico educacional, que se refere a pouca visibilidade que possuem as práticas de educação das mulheres. Como o espaço público, e nele o espaço escolar, esteve historicamente associado ao mundo masculino, a história vem reservando suas escritas às ações de governadores, legisladores, pensadores, professores, deixando à margem a presença das mulheres na educação.

Com a preocupação de inverter essa lógica, na pesquisa desenvolvida está a proposição de associar-se a outros textos que perseguem esse intento, destacando os processos históricos da educação com um olhar para a ação de mulheres.

Considero que ainda há um número reduzido de pesquisas em nosso estado, e isso serve como um indicador da carência de aprofundamento de estudos sobre as experiências de mulheres no contexto da educação formal da Amazônia. É certo que estudos nessa direção vêm ganhando corpo nos grupos de estudos e pesquisas acadêmicos, mas ainda é um campo a ser consolidado. Dessa forma, os resultados dessa pesquisa se conformam como uma possibilidade de investigação que reúne vestígios sobre a história da educação paraense, sobre a história das mulheres na educação, por meio de suas práticas, estabelecendo conexões com os projetos de sociedade e educação do fim do período imperial paraense.

A contribuição mais visível deste empreendimento está em manter vivo o debate sobre a história das mulheres nos espaços públicos e privados e, mais especificamente, sua ação nos processos de constituição da educação brasileira. Marcar experiências singulares de mulheres no campo educativo parece significativo, pois possibilita o estudo das mudanças e permanências, pelas quais transitam agentes sociais com interesses, concepções e práticas diferenciadas, assegurando a visibilidade dos vários atores envolvidos no processo educativo. Tratar de práticas educativas com mulheres “[...] levam à reavaliação de diferentes acontecimentos em que as mulheres participam da história relendo como políticas ações interpretadas até então como um fato social (COSTA: 2003, p.203). Portanto, faz sentido contar a história da educação, com marcas de quem a montou, através da reconstituição das vivências dessas mulheres e do que foi dito sobre elas, as quais ainda não estão visíveis como sujeitos históricos por não terem sido contempladas nas histórias contadas por historiadores tradicionais (DEL PRIORE: 2003).





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Optei por investigar sobre a educação de mulheres nas duas últimas décadas do Pará imperial por dois sentidos. Um, mais geral, que se propõe a inverter a visão tradicional na historiografia educacional de que esse período foi pouco significativo para a construção da educação brasileira, e apontar por meio da educação de mulheres que foram expressivas as mudanças e permanências nos projetos e nas práticas para/na educação e na sociedade paraense. O outro sentido diz respeito às diferenças visíveis nas políticas públicas e nas ações de particulares em relação à educação feminina e masculina durante o final do período imperial.

A análise dos modos de inserção das mulheres na educação é necessária por indicar os limites, as rupturas, as mudanças e as continuidades, que configuraram ações, em tempos e lugares, de mulheres na educação. As políticas, os discursos e as práticas se moveram em direção à expansão da docência feminina e de sua escolarização, em um processo que não ocorreu de modo progressivo.

Dessa forma, justifica-se o estudo da história da educação das mulheres nesse período por sua capacidade de revelar sinais do percurso não linear do acesso das mulheres à educação situado em lugares sociais e de poder, mediadas pelas marcas de seu tempo.

Buscando olhar para as experiências de mulheres paraenses no campo educativo, a pesquisa realizada objetivou apresentar os vínculos entre as práticas de educação das mulheres e as particularidades da sociedade paraense, nas décadas de setenta e oitenta do período imperial. Para isso, constituíram-se como objeto de investigação as práticas de educação das mulheres nas duas últimas décadas do período imperial, marcadas nos documentos de governo, em anúncios de escolas apresentados em jornais locais e em periódicos diversos.

Vale-se de estudos que consideram de fundamental importância descentrar o olhar para o estritamente global e iniciar com questões localizadas no cotidiano “sem perder de vista a dialética de curta e longa duração histórica na construção desses mesmos processos” (Costa, op.cit, pp.188, 189) para situar ações singulares de mulheres no contexto da sociedade em que elas foram realizadas.

Desta feita, a pesquisa documental se construiu no artifício fundante do percurso metodológico, de onde surgiram as fontes documentais relativas ao objeto de estudo.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

A abordagem histórica nos ajudou a escrever sobre os percursos da educação paraense, bem como a história de mulheres, tomando-as como sujeitos sociais, e enfocá-las através das relações de submissão, negociação, e das tensões e contradições que se estabeleceram em diferentes épocas, entre elas e seu tempo, entre elas e a sociedade nas quais estavam inseridas (DEL PRIORE: 1998), dando ênfase às complexidades das relações de poder, onde estão postas as opressões, transgressões e resistências. Considera-se relevante incorrer na análise do material documental no sentido que nos ensina Le Goff (1992), como documento/monumento; em contraposição a história rankeana, que busca nos documentos escritos a verdade sobre os fatos; quero encontrá-los a partir de sua característica mais marcante: a de ser uma produção de homens e mulheres situados em locais de poder e que, portanto, sendo produto da sociedade que o fabricou e o conservou, traz consigo uma verdade parcial, situada na fala de quem o produziu e de quem o tornou um monumento, ou seja, de quem intencionalmente o marcou para constituir-se como uma marca da perpetuação de uma fala, de um sentido, de um poder.

O processo de análise documental é indicado mediante a aproximação com o método indiciário, por onde as leituras documentais perseguem os nexos construídos entre o dito e o interdito nos documentos, na procura de pistas e sinais imbricados nas linhas e sublinhas dos documentos, com a perspectiva de que a produção do conhecimento histórico é indireto e conjectural (GINZBURG:1989); portanto, as conclusões apresentadas serão postas como verdades provisórias, a partir da decifração dos vestígios encontrados no corpo documental.

Para este trabalho investigativo utilizou-se da análise de fontes documentais escritas, de diversos tipos. A legislação foi lida como uma prática social que “[...] representa essencialmente, conflitos de poder, ligados a grupos antagônicos, seja do ponto de vista das classes sociais ou da própria luta interna às classes, ou entre grupos os mais diversos” (SOUZA: 2002, p.122). Além disso, elas dão as diretrizes das lutas e dos embates em torno das questões que pulsam de suas linhas.

Os jornais diários de circulação local foram priorizados pela sua capacidade de mostrar parte da realidade educativa, além das ações diárias dos sujeitos que produzem a educação. Com eles é possível “[...] compreender as relações entre teoria e prática, entre os projectos e as realidades, entre a tradição e a inovação [...]” (NÓVOA: 1997, p.31).





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Outros periódicos de circulação menos regular, como a “Revista Familiar”, de algum modo, trazem falas e práticas de mulheres ou sobre elas, também serão utilizados. Todos esses documentos serão relevantes na medida em que apresentem indícios das conexões pertinentes entre a educação de mulheres, os projetos de educação e a sociedade imperial.

Os eixos de estudo que foram privilegiados e estruturam os textos escritos, são: docência feminina, a partir do marco institucional das escolas mistas; escolarização de meninas no ensino primário e de mulheres na escola média; representações de mulher e sua educação. Além desses eixos, apresentamos uma breve mostra do material documental estudado em suas possibilidades de análise.

1. Docência feminina

O magistério primário se institucionalizou no Brasil como profissão masculina em resultado, primeiramente, da prerrogativa masculina às atividades intelectuais e públicas, bem como do pequeno número de meninas demandantes de escolarização, considerando-se que, até a década de sessenta do século XIX, somente nas escolas de meninas as professoras deveriam oficialmente exercer a docência.

Esse quadro se alterou mais visivelmente a partir do final do século XIX, com a reconfiguração da sociedade e das relações de trabalho capitalista, quando as mulheres “[...] passaram a ser chamadas para cumprir a nobre missão de reprodutoras dos valores sociais” (CHAMON, 2005, p.16). Argumentos fundamentados em uma pretensa natureza feminina dócil, virtuosa e abnegada, as mulheres foram associadas ao magistério primário para cumprir esse posto concernente tradicionalmente aos professores.

No Pará, essa inversão pode ser vista pela ampliação dos espaços de trabalhos criados pela consolidação das escolas mistas. Desse modo, objetiva-se, neste texto, analisar o percurso não linear do pertencimento feminino no magistério primário no Pará, nos anos de 1870 a 1889, tendo como referência a política oficial para a institucionalização de escolas mistas e os debates que se apresentaram nos jornais locais sobre esse tema. As falas presentes nos documentos





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

oficiais e nos jornais locais indicam os dissensos na inserção feminina na docência em escolas mistas e a ação de professoras na alteração da organização escolar e na recriação de valores.

Francisca Duarte, em 1876, mostrou ao público, no jornal “A Constituição” a intenção de exercer sua profissão, propagando a abertura de seu externato. Em seu texto, divulgou ao público que, sendo professora formada pela Escola Normal, com prática no ensino primário, e:

[...] no interesse de criar no respeitavel publico, mais uma fonte de instrução, resolveu estabelecer, em sua residência á rua das Flores, nº 15, um externato, em que proporcionará ás meninas e meninos o ensino das matérias que constituem o curso primário, apropriado a cada um dos sexos. Offerece este seu estabelecimento aos paes e tutores que quizerem confiar-lhe a educação e instrução de seus filhos e tutelados, garante-lhes solicitude e desvelo não só no ensino, como no tratamento (A CONSTITUIÇÃO. Belém, 14 ago.1876, p.3).

Com essa atitude, a professora Francisca Duarte tomou para si a responsabilidade de lecionar para meninos e meninas em uma mesma escola. Fez isso com o cuidado de ressaltar a sua formação profissional (formada pela Escola Normal), sua competência no exercício da profissão (com prática no ensino), o nível de ensino que pretendia ministrar (o ensino primário), sua intenção educativa (criar mais uma fonte de instrução), o lugar de funcionamento da escola (em sua residência), o tempo de permanência dos alunos e alunas nessa escola (em um externato), os saberes que pretendia divulgar com seu ensino (com o ensino de todas as matérias do ensino primário), além de mostrar-se atenta às diferenças de gênero existentes no grupo que pretendia instruir (com o ensino apropriado a cada um dos sexos). Se considerarmos que a professora intentava, com seu anúncio, chamar para sua escola um maior número de pessoas, é de se pressupor que sua fala tem o fito de agregar adesões e de convencer o público leitor de que sua escola agrupava as qualidades valorizadas pela sociedade de sua época. Os elementos anunciados por ela trazem as marcas de seu tempo e traduzem um modo de praticar a escola que junta meninas e meninos, num tempo em que a escola mista ainda era uma proposta em discussão.

Francisca Duarte e outras professoras que participaram da história da escola mista paraense, ao se arvorarem em trilhar o caminho da escolarização de ambos os sexos, o fizeram entoadas pelas delimitações de sua cultura, “uma jaula flexível e invisível dentro da qual se exercita a liberdade condicionada de cada um” (A CONSTITUIÇÃO. Belém, 14 ago. 1876, p.3), em





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

uma cultura datada historicamente que desenhava um tipo de escolarização, no qual homens e mulheres a construíam e eram construídos por ela.

Uma dessas construções realizadas na década de 1870 se fez no caminho da ruptura na divisão escolar por sexos e na agregação de homens e mulheres em um mesmo espaço e tempo escolar. Denominada, aqui, como um preâmbulo da escola mista, essa alteração se fez com singularidades, a partir de conceitos que revelam marcas da educação desse período. As intenções, os lugares, os tempos, os saberes que organizaram e, ao mesmo tempo, modificaram a face dessa escola, estão imbricados em outras questões que dizem respeito às ideias pululantes que alteraram o desenho da sociedade: ao acesso das mulheres à educação e ao conhecimento científico, à possibilidade de sobrevivência material através do trabalho docente, às disputas por projetos diferenciados e lugares de poder. As proposições – como ensaio – para esse tipo de escola, as práticas de professoras e professores, as discussões que são mantidas em torno de sua pertinência, cruzam-se ao tema central e ajudam a configurar os vários modos, caminhos e tempos de sua edificação.

E, assim como essa professora, outras também tornaram públicas suas intenções e suas práticas, dando sinais das maneiras que a escola de meninos e meninas foi sendo estruturada.

A professora Eulália Elvira Ribeiro de Sousa, titulada pela Escola Normal, informou que na sua escola de ensino primário, situada à Rua Nova de Santa Anna, atendia a meninas, dando mostras de conhecer as tradicionais divisões entre os sexos, frequentes na estrutura escolar, mas, por motivos não expressos, ressaltava que admitia alunos do sexo masculino, com limite de idade até os 9 anos, também dando mostras de estar atenta às modificações possíveis pela sua cultura e pela legislação vigente. Também deixou sinais de que em suas turmas e classes reunia meninas e meninos, pois mostrou que tiveram bons rendimentos Maria Eduarda da Silva, Carlos Autram e Josué Freire da Silva, que passaram para a 1.^a turma da 3.^a classe. Também tiveram ascensão Sara Amarílis, Estephania Pinto, Alberto Braule e Benedicto Torquato Mendes, para a 2.^a turma, 1.^a classe. Somente no ano seguinte, esta professora, ao anunciar que continuava a receber crianças de ambos os sexos, apresentou o tempo de funcionamento regular de suas aulas, das 8 às 11 da manhã e das 2:30 às 5 da tarde. Como não há indicação das atividades realizadas nesse horário, não é possível afirmar se o turno da tarde seria usado para as aulas de prendas domésticas das





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

meninas, ou se a professora o utilizava para o curso masculino. Infere-se, com isso, que não havia necessidade de explicitar o tempo para aulas de meninos e meninas.

Maria da Glória, diretora do colégio particular de Santa Izabel, em Cametá, interior da província, se propôs a receber alunos de 5 a 10 anos de idade e alunas de 5 até 6, em regime de externato, e no regime de internato poderiam ser admitidas alunas de 6 até 16 anos. Variando ao que era comum, a diretora deu preferência à permanência de meninos de maior idade, em detrimento das meninas, em sua escola externa. Imprime, também, outra variação, desta feita, na prática curricular, pois não fez do ensino de prendas domésticas um componente curricular obrigatório para as meninas. Em sua escola, “os alumnos e as alumnas que não freqüentarem as aulas de prendas pagarão 2.000 mensais e aquellas que freqüentarem pagarão mais 1\$” (A CONSTITUIÇÃO. Belém, 22 dez. 1877, p.3). A flexibilidade da educação doméstica na escola particular sugere o anúncio, que ficava por conta da conveniência financeira da família da educanda.

Na Travessa d’Atalaia, n.º 33, Rosa Viterbo Paraense, professora titulada pela Escola Normal propôs-se a lecionar, em sua própria residência, todas as matérias que constituem o curso de primeiras letras, frequentes nas escolas públicas. Em sua escola, afirmou, aceitava crianças de ambos os sexos, sendo que meninos com a idade de 06 a 10 anos. Garantindo a formatação curricular de acordo com o previsto, também atendia ao princípio da formação doméstica feminina, “ensinando também às meninas prendas domésticas” (A CONSTITUIÇÃO. Belém, 15 jan. 1878, p.2).

Mostrando a respeitabilidade moral de sua escola, a professora normalista Maria do Carmo Garcia anunciou que abriu a sua escola de ensino primário na Praça Pedro II, na “casa de sua residência (de família) junto á escola do professor Saraiva. Recebia meninos até oito anos, e as de seu sexo de maior idade, prometendo dar-lhes toda a educação necessária á instrução primaria, que estiver ao seu alcance” (O LIBERAL DO PARÁ. Belém, 4 set. 1878, p.3).

Maria Luzia de Mello, professora laureada pela Escola Normal, no final da década, deu notícias à população local de que continuava “a leccionar em sua escola particular para ambos os sexos, sendo os meninos recebidos ate a idade de 9 annos” (O LIBERAL DO PARÁ. Belém, 17 jan. 1879, p.3). Podendo admitir em sua escola alunos de idade superior, preferiu a contenção na





idade, talvez por ter sido este um sinal a mais da preservação da moral no seu ambiente de trabalho. Fez do ensino de prendas domésticas um elemento necessário no currículo, ainda atenta para da formação da mulher para ser esposa e mãe, preceito exigido pela sociedade.

Considerando as diversas formas, lugares, tempos e sujeitos que fizeram o ensaio na junção dos sexos, refletindo sobre as práticas e os discursos presentes nas prescrições legais, pode-se afirmar que professoras primárias deixaram sinais de que vivenciaram a escola de ambos os sexos, construindo-a marcada por diferenças sexuais que, ao mesmo tempo em que mantiveram a iniquidade entre eles, inseriram pedaços de tempos novos na organização escolar. Fizeram isso com equilíbrio de tensões entre a ruptura dos padrões comuns à separação escolar por sexos e os aceites às prescrições legais e aos princípios morais da época.

2. Escolarização de meninas e mulheres

As mulheres paraenses, no final do século XIX foram tomando a cena do mundo escolarizado e, entre exclusões e resistências, subverteram a ordem e se imiscuíram em espaços outrora imaginados como masculinos, fomentando outros discursos de competência e lugar das professoras e das alunas na dimensão escolar.

A expansão da escola feminina da Província do Grão-Pará, nos anos finais dessa década deveria se constituir, por essa lógica, em um lugar contraditório da constituição do moderno com a presença e emancipação das mulheres, ao mesmo tempo em que definia e limitava seus lugares sociais.

Em um tempo em que as escolas femininas se alastraram pela região amazônica, a presença de meninas na escola foi deixando de ser algo diferente, mesmo às vistas do poder público que, costumeiramente, se comportava de modo conservador em suas orientações. Essa característica, acredito, imprimiu uma contradição entre os sinais de suas prescrições e a sua prática em relação à educação mista.

Do ponto de vista do discurso legal, no início da década de oitenta do século XIX, na Província do Grão-Pará, o tempo de permanência de meninas na escola foi explicitamente equiparado ao dos meninos, em relação à obrigatoriedade do ensino primário, como se lê: “A





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

instrução primária é obrigatória nas matérias que constituem o curso elementar, para as crianças de ambos os sexos de 6 a 12 anos [...]” (PARÁ. Lei n. 1.030, 1880, art. 19). Esse fato parece significativo, considerando-se que na década anterior não estava prescrito de modo contundente, que as meninas teriam o mesmo tempo escolar dos meninos. Associa-se essa fala governamental à significativa demanda numérica das meninas, que o conduz a legislar dando visibilidade à sua presença. Contrário a isso, as suas práticas não estabelecem conexão com a demanda feminina, pois o investimento em escolas para meninas, em toda a província, não se configurou no caminho da equidade; relatórios de governo revelam um investimento maior do governo provincial na abertura de escolas primárias para o sexo masculino, no início da década: até o ano de 1881, o número de escolas masculinas totalizava 174, e 71 era o número de escolas femininas (PARÁ. Relatório apresentado pelo Exmo Sr. Dr. José Coelho da Gama e Abreu [...] 1ª sessão da 22ª legislatura, 1880; PARÁ. Relatório apresentado á Assembléia Legislativa Provincial da 2ª sessão da 22ª Legislatura [...] Exmo. Sr. Dr. José Coelho da Gama Abreu, 1881).

Esse dado se inverte no tocante à capital paraense. O expressivo aumento da presença das mulheres nas escolas belenenses foi apresentado pela imprensa local, ao noticiar um recenseamento feito nas escolas públicas de Belém, pelo Diretor Geral da Instrução Pública, Sr. Dr. Freitas, no dia 23 de março de 1883. Do que foi publicado, o número de escolas femininas superou as masculinas, pois das 27 escolas públicas, 11 eram do sexo masculino, com matrícula de 819 alunos, e 16 eram do sexo feminino, com 1.320 alunas matriculadas (O LIBERAL DO PARÁ. Belém, 25 mar. 1882). Desses números apreendeu-se que, como ocorreu em outras províncias brasileiras, o acesso das meninas à escolarização concentrou-se nos centros urbanos em desenvolvimento econômico e populacional, como ação do poder público. O que pode ser explicado pelo cenário nacional e local favorável à saída das mulheres ao espaço público, pelas suas ações como produtoras de conhecimento, como leitoras ou escritoras, e pelas idéias favoráveis à educação feminina, amplamente divulgadas na imprensa¹, assim como pela concentração de renda, poder e influência política nos centros economicamente produtivos, como ocorreu na província paraense.

Subsumida à figura masculina e ao espaço doméstico, as meninas, as jovens e as senhoras escolarizadas possuíam, nesse discurso, a função social de “moderar a índole dos irmãos e dos





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

condiscípulos na escola”, por sua “natureza branda” eram capazes de “suavizar os caracteres dos próprios pais” e, como instruídas esposas e mães de família, dariam a sua contribuição para o “futuro da Pátria”. Assim como a sociedade exercia um controle sobre as práticas de leituras de mulheres, recomendando a elas leituras “amenas e delicadas” (MORAIS, 1998, p.74), também lhe dirigia uma forma de educação e instrução que lhe servisse em seu lugar social. Os espaços na educação estavam definidos pelo antagonismo entre a sua vontade e o receio ao “[...] acesso incontrolável das mulheres – cabeças loucas, nervos frágeis – ao escrito”, como marca do século XIX (FRAISSE; PERROT, 1994, p.142). De onde se percebe que a sociedade paraense inscreveu as mulheres em sua forma de ser e viver a escolarização e o processo educativo.

3. Representações do feminino

O binário bem e mal presente nas representações de mulher do final do século XIX, é discutido no texto “Recolher e Redimir: figuras de mulher e sua educação”. Nele são apresentadas as formas de pensar a mulher, em um tempo de reordenação da sociedade paraense.

A saída das mulheres para o espaço público, que coincidiu com o processo de mudança da política e da economia nacionais, apresentou um desafio para a discussão dos papéis sexuais no mercado de trabalho e no âmbito doméstico e, por conseguinte, os modos de sua especialização/formação por meio da escolarização. O bem e o mal, o fel e a doçura, a inteligência e a fragilidade intelectual como características femininas estiveram no embate em torno das possibilidades e limites da escolarização das mulheres desse tempo.

Recolher e redimir a mulher do mundanismo da sociedade burguesa foi um dos pilares da chamada “mariolatria” que inspirou a interpretação positivista sobre a mulher e garantiu uma argumentação contrária à participação pública das mulheres nos lugares tradicionalmente masculinos, na tentativa de mantê-las em seu “papel tradicional de mãe e esposa, de guardiã do lar, pois era assim que a mulher garantia a reprodução da espécie e a saúde moral da humanidade” (CARVALHO, 1990, p.93).

Nessa mesma direção, o discurso científico justificava, com argumentos sedimentados em características biológicas, o lugar social de mulheres. A menstruação e a capacidade de reproduzir





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

aparecem como ícones, respectivamente, do impuro e da redenção. Esse embate que, no campo intelectual, discutia a capacidade feminina de lidar com o campo científico, seguiu na controvérsia sobre a pertinência da criação de escolas para o sexo feminino

Para tratar essa questão problematiza-se que argumentos representativos de mulher sustentam as exigências por educação e, conseqüentemente, moldam as perspectivas de escolarização feminina.

Para este exercício traz-se como proposição discutir as figuras de mulher construídas no final do século XIX, apresentadas em periódicos de circulação local, como um dos elementos marcantes na institucionalização de escolas que incorporam mulheres em seu corpo discente.

Para este estudo permaneceu o uso da análise documental na perspectiva de Jacques Le Goff (LE GOFF, Op.cit), como documento/monumento, com seus nexos construídos, mas na procura de pistas e sinais (GINZBURG, Op.cit) que se escondem no interior e nos sentidos dos documentos.

As fontes utilizadas são periódicos de circulação local, como jornais e revistas, mais especialmente o periódico “Revista Familiar”.

Chama a atenção a leitura do periódico “Revista Familiar”, não só pela sua intencionalidade, a de dirigir especialmente às famílias paraenses, como pelo seu conteúdo controverso em relação às questões de seu tempo. No caso deste estudo, considera-se significativo trazer privilegiadamente a fala desse jornal, pois nele nota-se um dissenso em relação à questão da mulher, o que é relevante para o estudo em uma abordagem histórica, pois indica sinais de mudanças e permanências, de conflitos, embates e relações de poder, destoando de falas que montam um cenário unívoco e não cambaleante. Desse periódico retira-se o embate, posto no mesmo ano, 1883, sobre o lugar da mulher na sociedade e seu lugar na educação.

Iniciamos com a fala de Nunes, apontando inicialmente a sua qualidade social e seu papel na família, ao dizer que: “a mulher é hoje considerada uma pessoa civil, uma individualidade social, uma grande potência na família, e maior cooperadora do seu bem estar e felicidade” (NUNES, 1883a, p.3).

Em seguida, essa mulher que possui *status* civil, em sua opinião apresenta diferenças biológicas em relação ao homem, as quais delimitam seu lugar ao espaço doméstico:





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

[...] Não dizemos que a mulher seja moral e intelectualmente inferior ao homem, não, dizemos apenas que eles são moral e intelectualmente diferentes, não são iguais. Ou antes e aí queremos chegar, o homem tem a sua natureza moral e intelectual conforme com a sua organização física, mais viva, mais forte, mais tenaz, consentânea enfim, com o papel que ele há de representar na sociedade e na família, ao passo que a mulher mais terna, branda, deixando-se guiar mais pelo sentimento que pela razão, pelos impulsos do coração mais do que pela força dos raciocínios, tem isso mesmo a sua sede no lar, no interior da família, na alegria do amor dos filhos e do esposo (NUNES, 1883b, p.3)

E, por conseguinte, diz o autor do texto que, sendo o lugar da mulher na família, essas mesmas características lhe conferem uma incapacidade para o que acontece no exterior a casa, nas artes e no conhecimento científico, como argumenta: “a mulher não pode competir com o homem, na vida exterior, nas artes, na ciência”; “falta-lhe tenacidade” para longos anos de estudo; “é volúvel, não persevera” (NUNES, Op.cit). Essa argumentação peculiar desse período traz as figuras de mulher “desprotegidas e emocionalmente vulneráveis”, e pouco aptas ao pensamento (RAGO, 2004, p.578).

Contraditoriamente, no mesmo periódico, e no mesmo ano, encontra-se a oposição a esta fala, associando a necessidade de emancipação feminina ao desenvolvimento social. A igualdade – e mesmo a superioridade - da mulher em relação ao homem é reivindicada; logo a mulher é representada por sua inteligência:

O princípio de onde emana todo o bem, a base fundamental e vital do progresso, está na emancipação da mulher [...] A mulher possui como o homem todos os elementos; dotada da mesma inteligência, possuindo um espírito mais fino e delicado, pode sem dúvida desenvolver todos estes dotes com tanta vantagem ou mais que o homem, e isto em qualquer carreira a que se dedicar (REVISTA FAMILIAR, 1883, p.1).

Atributos femininos – inteligência e espírito fino e delicado – são características que servem de argumentação para o investimento em escolarização, principalmente com a criação de uma escola média, como se lê:

Estabelecei escolas, instrui a mulher. As escolas que existem não estão na altura de aperfeiçoá-las, seus dotes tanto físico como moral são muito grandes para tão limitados conhecimentos que se dão em nossas escolas. É de urgente necessidade possuímos uma escola média do sexo feminino, onde ensine-se todos os preparatórios e noções gerais das ciências naturais. (REVISTA FAMILIAR, 1883, p.2).





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Essa indicação, todavia, vem acompanhada de uma fala ainda modesta para a educação de mulheres, pois a escola solicitada não parece ser um componente de ampliação do número de escolas, e sim uma espécie de adendo nos estabelecimentos de ensino já existentes:

Nesta capital pode-se dispensar a criação de um estabelecimento desta ordem; porém o que é indispensável é a criação de novos cursos no colégio do Amparo e Asilo (REVISTA FAMILIAR, 1883, p.2).

Nota-se, ainda, que esse debate vem acompanhado por um expressivo aumento da presença das mulheres nas escolas primárias belenenses. Este movimento foi registrado pela imprensa local, com a publicação de um recenseamento feito nas escolas públicas de Belém, pelo Diretor Geral da Instrução Pública, Sr. Dr. Freitas, no dia 23 de março de 1883. Do que foi divulgado, o número de escolas femininas superou as masculinas, pois das 27 escolas públicas, 11 eram do sexo masculino, com matrícula de 819 alunos, e 16 eram do sexo feminino, com 1.320 alunas matriculadas (O LIBERAL DO PARÁ. Belém, 25 mar. 1882).

O debate apresentado no periódico “Revista Familiar” pode ser explicado pelo cenário nacional e local favorável à saída das mulheres ao espaço público, pelas suas ações como produtoras de conhecimento, como leitoras ou escritoras, e pelas idéias favoráveis à educação feminina, amplamente divulgadas na imprensa, assim como pela concentração de renda, poder e influência política nos centros economicamente produtivos, como ocorreu na província paraense.

Encontra-se nele um sinal da sociedade paraense e suas figuras de mulher apresentando conflitos, dissensos, relações de poder que pretendem “destinar” lugares e posições sociais no espaço público e privado, assim como seu lugar na educação. Recolher ao âmbito do universo doméstico ou redimir a mulher por meio da escolarização são dois pólos que encontrados nas falas postas nos documentos, em consonância com a sociedade paraense em fins do século XIX.

4. Os lugares do feminino na educação: um encontro com as fontes

Como contribuição a produção sobre o tema, foi feita uma mapeamento/tematização da documentação produzida no Pará do final do século XIX, que indicam os lugares das mulheres na educação, por meio das fontes documentais presentes nos jornais de circulação diária, de 1870 a





1889. Foram selecionadas notícias dos jornais “O Liberal do Pará”, “A Constituição” e “A Província do Pará” com as seguintes questões: inserção de meninas em escolas de instrução primária com a criação de escolas femininas, currículo escolar e representação do feminino. Destacamos brevemente dois documentos pertinentes a cada um deles.

4.1. Inserção de meninas em escolas de instrução primária:

Título: Noticiário. Instrução publica

“Visita do Sr. Dr. Freitas a 6 escolas do sexo masculino e 5 do feminino.

Nas seis primeiras estavam matriculados 431 alunos e presentes 334. [...] Nas cinco últimas estavam matriculadas 445 alumnas e presentes 324 [...].

Por esse resenseamento vê-se [...] 3: que o numero dos alunos matriculados e presentes é quasi igual ao numero das alumnas matriculadas e presentes [...]” (O LIBERAL DO PARÁ, Belém 2 mar. 1882).

Título: Noticiário. Instrução publica.

“O Sr. Dr. Freitas terminou ante-hontem as suas visitas ás escolas publicas da capital. Relativamente ao recenseamento o resultado foi o seguinte:

Há na capital 27 escolas públicas, sendo 11 do sexo masculino e 16 do feminino.

Nas de meninos estão matriculados 819 alunos e das de meninas 1.320, ao todo 2.169 alunos matriculados [...].

Por esse recenseamento vê-se primeiro: que há mais publicas do sexo feminino, do que do masculino; segundo que há maior numero de alumnas naquellas do que nestas [...]” (O LIBERAL DO PARÁ, Belém 25 mar. 1882).

4.2. Currículo escolar:

Título: Collegio Paraense – Estabelecimento particular de educação de meninas pelo systema moderno europeu.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Especialmente pelo systema adotado nos grandes estabelecimentos de educação da Alemanha e Suíça, appropriado a este paiz.

Programma:

Para o segundo semestre de 1881 em diante.

Os proprietários deste estabelecimento, animados pelo (?ougeiro) acolhimento que obtiveram durante dous annos de ensino nesta capital, participam ao illustre publico paraense em geral e aos paes de família em particular, que continua a offerecer seu prestimos no anno presente.

Os proprietários, sendo ambos conhecedores do systema de educação moderna Européia, julgam ter a capacidade precisa para pôr á disposição dos paes de família o seu collegio onde a toda hora há ensino pela palavra, pela acção e pelo exemplo, conforme o exige a occasião e onde finalmente, a par das regras e disciplina collegial se encontram a convivência, os cuidados e desvellos da família.

Plano de Ensino:

A instrucção e a educação n’este collegio são divididos em tres cursos regulares e um suplementar.

Os três primeiros cursos comprehendem o ensino primário e o secundário, o curso suplementar o ensino superior.

Cada curso e dividido em duas classes; sendo necesario pelo menos 8 annos para a educação completa d’uma menina, isto é, dos 6 a 7 ate o 14 ou 15 annos de idade. O ensino divide-se pela forma seguinte:

8ª classe: primeiras letras, leitura pelo methodo de João de Deus, arte de escrever pelo systema alemão. Pratica da língua franceza, civilidade e cathecismo.

7ª classe: Leitura segundo livro de João de Deus, Historia Biblea, continuação do ensino de escripta e copias de trechos dos livros de leitura, pratica da língua fraceza, civilidade e cathecismo Primeiros elementos de arithimetica.

6ª classe: Leitura, primeiras noções de grammatica portugueza, pratica e leitura franceza, arithimetica, escrever e ler números, adicção e subtracção de numeros simples e composto, elementos de geografia, civilidade e cathecismo.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

5ª classe: Gramática portuguesa de Pinto Marques, geographia do mesmo methodo francez do (Alan?) e conversação de (Burga?). Arithimetica, inclusive as quattros operações; calligraphia e orthografia.

4ª classe: Grammatica de Pinto Marques e syntaxe geographia do Abbade Gauthier, historia do Brazil de A. Tinoco Sande Junior, francez, methodo de Roquette e conversação de (Rugain?). Historia natural extrahida pelo director do collegio S. von Paumgarten da historia natural popular de F. (?), especialmente para as alumnas do Collegio Paraense e arithimetica pelo methodo particular do mesmo director S. von Paungartten, variações de problemas sobre as quatro operações, conversão de medidas antigas nas modernas do systema decimal. Civilidade e cathecismo.

3ª classe: Grammatica portuguesa, syntaxe e exercícios de estyllo. Francez, continuação e exercício de estillo. Geographia em francez de E. Conrtambert, e continuação. Arithemetica fracções ordinarias, proporções (regledetria?). Historia pátria do mesmo autor e versão da mesma para o francez, de Tollistadins.

2ª e 1ª Classe: Continuação das mesmas matereas, grammatica philophica de José Soares Barbosa, noções elementares de physica e geometria theorica e philophia [...].

[...] As aulas intellectuais são diariamente das 7 ½ até ás 11 horas da manha. De 1 as 4 da tarde, musica, calligrphia, desenho e pendas. As pensionistas das 6 ½ as 8 ½ da noute estudam e preparam-se para as aulas do dia seguinte. Nos domingos das 9 até as 11 horas do dia; passeam ás quintas-feiras das 4 ½ até as (..?.) e nos domingos das 6 até as 8 horas da manhã em cummunidade, guiadas pelas repectivas mestras [...].

A língua franceza é, a par com a portugueza a língua do collegio e pratica-se diariamente. È este collegio o único que póde apresentar meninas fallando perfeitamente o francez sem terem ido á Europa.

[...] As pensionistas que se utilizarem de todas as matérias pagarão 45\$000 mensaes; as semi-internas 30\$000 [...].

Pará 1º de julho de 1881

O Director proprietário, Segiamundo F. M. von Paumgarten.

A Directora, D. Lídia do O von Paumgatten” (A CONSTITUIÇÃO. Belém, 6 ago. 1881).





Título: Collegio Amazonas

“O collegio amazonas para o sexo feminino funciona no palacete nº 37, a travessa do príncipe (?).

Reabre suas aulas no dia 10 do corrente.

Curso primário e secundário.

Educação em família.

Prospectos e mais informações no collegio.

A directora tem a honra de anunciar aos srs. paes de familia, que contratou para fazer parte do corpo docente do collegio a habilíssima professora Nazana Evangelista dos Santos, que já se acha em exercício.

A exm. sra. D. Nazana, a par de grandes habilitações, possui também muita pratica na regência de serviços ??? a estabelecimentos desta ordem.

Belém, 5 de janeiro de 1889. A directora, Ignes de V. Baralho” (A PROVÍNCIA DO PARÁ. Belém, 16 jun. 1889).

4.3. Representação do feminino:

Título: Os Partos do contubernio dos Srs. senador Siqueira Mendes e desembargador Barradas.

“Ensino Publico – Escolas

V

O inicio da execução do programma obscurantistas da situação conservadora no Pará foi caracterizado, no mesmo dia, por dous grandes golpes.

O 1º (Lei nº 1223 de 3 Dezembro de 1885) foi ordenar, - que o presidente da provincia fisesse retirar, desde já, do collegio Nossa Senhora do Amparo todas as alumnas maiores de 18 annos...

Todas as alumnas, tivessem ou não paes, parentes, protectores!

Desde já, isto é, desde logo, tivessem ou não por abrigo somente as ruas, contasem ou não com os lobos de todos os desamparos, necessidades e prostituição!

Crueldade! Já discutimos esta medida iníqua; agora citamos simplesmente o facto terrível, que fazia perder-se ou correr o risco de perder-se a educação, que a província havia dado para formar mães de família ou crear aptidões para o trabalho honesto. Uma só dessas pobres meninas, que a





roda dentada da corrupção colhesse, condenaria medida tam repetina quam inesperada” (O LIBERAL DO PARÁ. Belém, 2 fev. de 1887).

Título: Collegio Amazonas

“O collegio amazonas para o sexo feminino funciona no palacete nº 37, a travessa do príncipe (?).

Reabre suas aulas no dia 10 do corrente.

Curso primário e secundário.

Educação em família.

Prospectos e mais informações no collegio.

A directora tem a honra de anunciar aos srs. paes de familia, que contratou para fazer parte do corpo docente do collegio a habilíssima professora Nazana Evangelista dos Santos, que já se acha em exercício.

A exm. sra. D. Nazana, a par de grandes habilitações, possui também muita pratica na regência de serviços (?) a estabelecimentos desta ordem.

Belém, 5 de janeiro de 1889,. A directora, Ignes de V. Baralho” (A PROVÍNCIA DO PARÁ. Belém, 16 jun. 1889).

5. Considerações Finais

A pesquisa realizada traz marcas da presença de mulheres na educação em relação ao vivido no cotidiano escolar e nas políticas públicas, mediada por representações de mulheres, construídas no Pará do século XIX. A sociedade paraense em mudança no regime político, nas relações de trabalho, na produção econômica, também reconfigurou os espaços e tempos das mulheres no universo escolar. Os textos que organizam a pesquisa apresentada revelam os encontros entre as mulheres, a educação e a sociedade imperial, indicando as mudanças e as permanências desse processo. As conclusões, que se fazem provisórias, dão pistas sobre esse imbricamento, e os documentos apresentados são um anúncio das possibilidades abertas para novas investigações sobre o tema.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

6. Referências

A CONSTITUIÇÃO. Belém, 14 ago. 1876; 22 dez. 1877; 15 jan. 1878; 6 ago. 1881.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. Belém, 16 jun. 1889.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas:** o imaginário da República do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHAMON, Magda. **Trajetória e feminização do magistério:** ambiguidades e conflitos. Belo Horizonte: Autêntica/FCH-FUMEC, 2005.

COSTA, Suely Gomes. Gênero e história. In: ABREU, Martha & SOIHET, Rachel. **Ensino de história. Conceitos, temáticas e metodologia.** Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003. p. 187-208.

DEL PRIORE, Mary. História das mulheres. As vozes do silêncio. In: FREITAS, Marcos Cezar de. (Org.). **Historiografia brasileira em perspectiva.** São Paulo: Contexto, 1998. p.217-236.

_____. **Mulheres no Brasil colonial.** São Paulo: Contexto, 2003.

FRAISSE, Geneviève; PERROT, Michelle. Introdução: ordens e liberdades. In: DUBY, George; PERROT, Michelle. (Org.). **História das mulheres.** Tradução de Cláudia Gonçalves e Egito Gonçalves. Vol. 4. O século XIX. Porto: Afrontamento, 1994, p. 9-15.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais.** São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.

MORAIS, Maria Arisnete Câmara de. A leitura de romances no século XIX. In: **Cadernos CEDES**, ano XIX, nº 45, julho/1998. p.71-85.

NÓVOA, António. A imprensa de educação e ensino. In: CATANI, Denice Bárbara; BASTOS, Maria Helena Câmara (org.). **Educação em revista - A imprensa periódica e a educação.** São Paulo: Escrituras, 1997. p.11-32.

NUNES, A. Instrução e educação: a família, sua constituição, a mulher na vida social, sua educação. In: **REVISTA FAMILIAR.** Periódico dedicado às famílias. Belém, Ano I, n. 2, 11 fev. 1883a.

_____. Instrução e educação: a família, sua constituição, a mulher na vida social, sua educação (cont.). In: **REVISTA FAMILIAR.** Periódico dedicado às famílias. Belém, Ano I, n. 6, 11 mar. 1883b.

O LIBERAL DO PARÁ. Belém, 4 set. 1878; 17 jan. 1879; 2 mar. 1882; 25 mar. 1882; 2 fev. 1887.

PARÁ. Lei n. 1.030, de 7 de maio de 1880.

PARÁ. Relatório apresentado pelo Exmo. Sr. Dr. José Coelho da Gama e Abreu, Presidente da Província, á Assembléia Legislativa Provincial do Pará, na sua 1ª sessão da 22ª legislatura, em 15 de fevereiro de 1880. Pará, 1880.

PARÁ. Relatório apresentado á Assembléia Legislativa Provincial da 2ª sessão da 22ª legislatura, em 15 de fevereiro de 1881, pelo Exmo. Sr. Dr. José Coelho da Gama Abreu. Pará: Typographia do Diário de Notícias, 1881.

RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In. DEL PRIORE, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil.** 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004, p. 578-606.

REVISTA FAMILIAR. Periódico dedicado às famílias. **O direito da mulher.** Belém, Ano I, n. 4, 25 fev. 1883.

REVISTA FAMILIAR. Periódico dedicado às famílias. Belém, Ano I, n. 14, 13 mai. 1883.

SOUZA, Marco Antônio de. Algumas reflexões sobre a lei e a legislação como fontes de pesquisa para a história da educação. In. LOPES, Ana Amélia Borges de. et all. (org.). **História da educação em Minas Gerais.** Belo Horizonte: FCH/FUMEC, 2002.

